

SOCIEDADE

Caso Cova da Moura: falsificação de autos pela polícia não é inédita

Acusação diz que polícias agiram “pelo sentimento de ódio racial”. Caso questiona outros que poderão ficar na invisibilidade. “É mau demais para ser verdade”, diz sindicato dos polícias

Justiça
Joana Gorjão Henriques

Pontapés. Socos. Tiros. Ofensas racistas. Fabricação de factos. Depois de recolhidas e analisadas as provas – exames médicos, relatos de testemunhas, inspeções, entre outras –, o Ministério Público (MP) é peremptório no despacho de acusação dos 18 agentes da PSP da esquadra de Alfragide: “De forma inequívoca e sem sombra de dúvida”, conclui que os factos descritos nos autos da polícia sobre o que se passou a 5 de Fevereiro de 2015 não se verificaram.

Esses autos foram feitos com o objectivo de incriminar os seis jovens da Cova da Moura (Amadora) que começaram por ser acusados de tentativa de invasão da esquadra. Dois anos e meio depois, o despacho do MP está escrito de modo a desconstruir a versão apresentada pela polícia, terminando com acusações duras: prática dos crimes de falsificação de documento agravado, denúncia caluniosa, injúria agravada, ofensa à integridade física qualificada, falsidade de testemunho, tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos e sequestro agravado. A acusação refere ainda que os agentes da PSP agiram “pelo sentimento de ódio racial, de forma desumana e cruel pelo prazer de causarem sofrimento aos arguidos”.

A versão que vingou junto do MP foi a mesma que em Fevereiro de 2015 vários dos jovens, entre eles membros da direcção da Associação Moinho da Juventude (Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República), contaram ao PÚBLICO, denunciando que tinham sido vítimas de violência e de ofensas racistas. “Os polícias disseram que nós, africanos, temos de morrer”, relataram.

Mas este está longe de ser um caso isolado de violência policial, bem como de fabricação de factos pela polícia, garantem várias fontes ouvi-

das pelo PÚBLICO. Um funcionário que esteve na área da investigação na Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) diz que “a falsificação de autos de notícia não é inédita, nem este caso é único”. A acusação é grave porque a PSP é um órgão de polícia criminal e o normal é os tribunais dependerem das suas informações, acrescenta. “A construção dos factos pela polícia num caso destes, em que não se relata a realidade, é uma situação que ocorre mais vezes do que deveria.” Também Mamadou Ba, do SOS Racismo, denuncia que é “prática a fabricação de factos pela polícia” e que o despacho “coloca isso às claras”.

António Brito Guterres, investigador do ISCTE e um dos membros do Observatório do Controlo e da Repressão que há anos acompanha de perto a relação dos jovens com a polícia, testemunhou já, noutros processos, “que apareciam coisas nos autos” que “não tinham acontecido”.

IGAI investiga esquadra

A acusação ontem conhecida a 18 agentes de uma mesma esquadra foi considerada inédita pela inspetora-geral da Administração Interna, Margarida Blasco, pelo Sindicato dos Profissionais de Polícia e por advogados. “Deve fazer-nos pensar: ou estamos numa sociedade em que estas situações não ocorrem ou há um fenómeno de muita ocultação, a realidade é muito maior e não há a mobilização das instituições para este problema”, diz ao PÚBLICO Conceição Gomes, investigadora do Observatório Permanente de Justiça.

António Brito Guterres lembra que é “interessante” falar-se da “excepcionalidade desta acusação”: ela “elucida sobre a impossibilidade de acesso à justiça para uma série de casos análogos”. Estimando um custo total de 20 mil euros para todo o apoio processual deste caso “se tivesse sido feito a preço de mercado”, Brito Guterres exemplifica: “Apesar de atendidos no Hospital



Esta acusação “ajuda a desfazer o mito de que não há racismo nas instituições” em Portugal, diz Mamadou Ba, do SOS Racismo

Amadora-Sintra, esta entidade pública não emitiu nenhum relatório que demonstrasse a origem dos ferimentos. Para a sua aferição, os jovens tiveram de ser assistidos no Hospital da Luz, no dia da sua libertação, para que se fizesse os respectivos relatórios. O Hospital da Luz é privado e só esse atendimento nas

urgências custou perto de 1000 euros.” Segundo a IGAI, em sequência deste caso foram instaurados nove processos disciplinares aos agentes da PSP, sendo que em apenas duas situações houve sanções – e estas não se efectivaram porque os agentes interpuseram recurso. Foram arquivadas as acusações a sete dos nove agentes. A esquadra de Alfragide está ainda a ser investigada pela IGAI, em dois processos independentes deste, que estão a decorrer, acrescentou Blasco.

Contactado pelo PÚBLICO, o Ministério da Administração Interna diz que não se pronuncia sobre processos em investigação. A Direcção-Geral da PSP disse à Lusa “que a presunção de inocência se mantém até trânsito em julgado, sendo que em relação às referidas ocorrências foram accionados os meios disciplinares internos e da IGAI”.

Conceição Gomes sublinha: é importante seguir atentamente este caso para que “não volte a acontecer”. “As pessoas ainda têm de ser julgadas”, nota.

“É mau demais”

Já Mário Andrade, do Sindicato dos Profissionais de Polícia, acredita que a “acusação venha a cair por terra”, pois “o número de agentes acusados é muito elevado”, “excessivo para qualquer acto que se pratique numa esquadra”. “É mau demais para ser verdade”, diz. A acusação de racismo coloca a imagem da instituição PSP em causa. “Não corresponde à realidade.”

Pelo contrário, Mamadou Ba afirma que o despacho “ajuda a desfazer o mito de que não há racismo nas instituições” em Portugal. “O racismo não é uma coisa isolada, se todos estão arguidos, é porque todos tive-

Ontem, a acusação de 18 agentes foi o tema mais debatido nas ruas da Cova da Moura

NUNO FERREIRA SANTOS



O filme dos acontecimentos

• A 5 de Fevereiro de 2015 um jovem é detido pela PSP na Cova da Moura quando estava na Rua do Moinho.

• Uma mulher que estava à janela e testemunha a detenção leva com um tiro de bala de borracha da polícia.

• Horas depois, amigos do jovem detido vão à esquadra de Alfragide saber o que aconteceu.

• Cinco jovens são detidos, juntando-se ao amigo. Um dos polícias dispara, no interior da esquadra, dois tiros de *shotgun* e atinge a perna de um deles.

• No próprio dia 5, a PSP emite um comunicado onde afirma que os jovens tentaram invadir a esquadra. Ficam detidos os seis jovens.

• O Ministério Público pede a prisão preventiva dos seis jovens por resistência e coacção a funcionário.

• No dia 7, o Tribunal de Sintra liberta os seis jovens, determinando a medida de coacção menos gravosa, o Termo de Identidade e Residência. Os seis apresentam queixa-crime por tortura.

• Dias depois relatam ao PÚBLICO ter sido alvo de agressões, de tortura e de insultos racistas.

• No dia 8 a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) abre um inquérito à actuação da PSP.

• Em Julho a IGAI instaura processos disciplinares a nove agentes pelos incidentes na Cova da Moura. Apenas dois acabam por ser alvo de sanções, mas interpõem recurso.

ram implicações.” Trata-se também de um caminho em direcção “ao fim da impunidade que tem vingado em casos similares” e de incentivar as vítimas a construir “finalmente” um património de confiança com o Estado. “Se o Estado esteve bem em deduzir acusação, também mostra uma fragilidade tremenda: durante anos esteve cego, surdo e mudo perante a violência policial racista.” Este caso, conclui Brito Guterres, “leva-nos a pensar nas inúmeras situações deste género, relatadas pela polícia aos *media*” sobre “as quais não se chega a saber os verdadeiros acontecimentos”.

Ontem de manhã, Flávio Almada, um dos jovens que foram agredidos, quis apenas comentar: “É um bom começo, mas é preciso esperar pelo julgamento terminar.”

jgh@publico.pt

No bairro da Cova da Moura recordam-se os tempos em que havia uma polícia de proximidade e lamenta-se que esse projecto tenha desaparecido

“É importante que se saiba que os jovens agredidos estavam a falar verdade”

Reportagem Ana Dias Cordeiro

Este caso não foi o primeiro na Cova da Moura. “Muitos houve e todos foram arquivados”, diz Isabel Marques Monteiro. Por isso, a primeira reacção da coordenadora da Associação Moinho da Juventude à acusação de 18 agentes da PSP, proferida pelo Ministério Público (MP), é de regozijo: “Para nós, foi uma alegria. É sinal de que já se fez justiça”, diz.

A versão do que se passou em 2015, que os jovens deram na altura, foi confirmada pelo MP. “Só o facto de este caso ser resolvido já é uma grande conquista para nós. Quer dizer que os jovens estavam a falar mesmo verdade. Normalmente, os polícias tentam desacreditar os jovens.”

Jakilson Pereira, colega de Isabel Monteiro na associação, partilha essa alegria. Ontem logo pela manhã, num café do bairro, conviveu com outros residentes em roda do mesmo acontecimento. Sentiu necessidade de moderar o entusiasmo geral. “Uma acusação

não é uma condenação”, foi dizendo a quem perguntava: “Eles nunca mais vão poder ser polícias?” Para algumas perguntas Jakilson não tinha resposta.

Os 18 agentes acusados ficaram com Termo de Identidade e Residência, de acordo com o despacho de acusação, onde não é referido se ficam também suspensos de funções. Para já continuam ao serviço, disse fonte policial à Lusa. O PÚBLICO tentou confirmar se assim vão permanecer. A Direcção Nacional da PSP não respondeu e o gabinete da ministra Constança Urbano de Sousa apenas disse: “O Ministério da Administração Interna não se pronuncia sobre processos em investigação.”

Jakilson Pereira lembra-se bem do dia dos factos descritos na acusação do MP. Uma das coisas que mais o indignaram, além da brutalidade contra os seis agredidos, entre os 16 e os 33 anos, foi uma notícia que qualifica de “propaganda que condicionou tudo”. Uma televisão abria nessa tarde de 5 de Fevereiro um directo urgente, a partir da esquadra de Alfragide, dizendo: “Jovens invadem esquadra.” Ao mesmo tempo, dizia-se que os

polícias tinham sido apanhados de surpresa. A opinião pública “nessa tarde nem sabia que os seis jovens estavam hospitalizados por terem sido brutalmente agredidos”. E insiste: a verdade esbarrou no “estereótipo”. Por isso, acrescenta Isabel Monteiro, “uma das coisas mais importantes é que a polícia, e toda a gente, saiba que os jovens estavam a falar verdade”.

E nota: “Os jovens deste bairro são, na maioria, de nacionalidade portuguesa. O problema é que a imagem que passa é de um bairro de drogados, bandidos, traficantes. As pessoas esquecem-se de que há aqui gente com o seu trabalho, embora também haja muito desemprego jovem.”

No bairro da Cova da Moura, no concelho da Amadora, recordam-se os tempos em que havia uma polícia de proximidade, e lamenta-se que esse projecto tenha desaparecido, seja porque mudou o comando da PSP de Alfragide, seja porque mudaram as políticas genéricas da polícia, e houve desinvestimento nesta área, dizem. “Na altura, aquilo [o projecto] estava a correr lindamente”, recorda Isabel Monteiro.

“Os polícias vieram almoçar e organizou-se um jogo de futebol entre polícias e residentes do bairro. O projecto serviu para conhecerem a nossa cultura.” Aos cabo-verdianos, que fundaram o bairro, juntaram-se entretanto guineenses, angolanos, são-tomenses, portugueses, brasileiros, “uma mistura de gente residente”.

Residentes que, ontem à tarde, viram chegar três carrinhas de polícias às ruas do bairro. “Ficam parados à frente das pessoas com as caçadeiras”, contou um habitante por telefone. Nada que as pessoas não conheçam, diz, mas desta vez “estão mesmo a intimidar”, acusava.

acordeiro@publico.pt



Jakilson e Isabel lembram-se bem do dia 5 de Fevereiro de 2015